

Conjuntura Fontes do governo temem que o crescimento anual do PIB seja ainda menor que 3,5% estimados

# Crise política já contamina economia

Brasil

Claudia Safatle e  
Cristiano Romero

De Brasília

Os perversos efeitos da crise política começam a atingir a economia. Setores importantes do governo já mostram preocupação com a contaminação do caso Waldomiro Diniz — cujos desdobramentos criaram uma crise política que desestabilizou o ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu — nas expectativas de crescimento para este ano.

Já se vêem riscos de o Produto Interno Bruto (PIB) não crescer nem mesmo os 3,5% esperados para 2004. A percepção, no próprio governo, é a de que não há um só investimento produtivo importante sendo feito neste início de ano no país. Os investidores reclamam da falta de

definições em áreas consideradas vitais para a tomada de decisão.

Colaboradores qualificados do governo temem que a paralisação, que se agravou após o caso Waldomiro Diniz, venha a comprometer não só a performance deste ano, mas também prejudicar a construção de um ambiente atrativo de novos investimentos, sem os quais não haverá crescimento econômico no futuro.

Todo o esforço do primeiro ano de gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, para recolocar em pé os fundamentos macroeconômicos após a crise de confiança de 2002, pode cair por terra se o presidente da República não conseguir retomar a iniciativa e colocar um ponto final nos desentendimentos dentro do próprio governo, avaliam fontes oficiais.

O contágio do político no econômico é visível no processo de toma-

da de decisões de governo. Pode, também, estar na raiz dos primeiros indicadores de rolagem da dívida externa de março.

Segundo dados divulgados ontem pelo Banco Central, houve uma queda substancial da taxa de rolagem da dívida externa privada de médio e longo prazos neste mês. Depois de atingir 237% no primeiro bimestre, a relação entre ingresso de dinheiro novo e as amortizações foi de apenas 45% nos primeiros 24 dias do mês.

Isso pode indicar que pela primeira vez, desde a crise de 2002, as empresas brasileiras estão com dificuldades para rolar suas dívidas. O BC, no entanto, atribui a baixa taxa de rolagem ao aumento da aversão ao risco provocada, inclusive, pelo atentado terrorista de Madri, no dia 11. Mas não se pode descartar essa outra razão.

Ao mesmo tempo em que o governo se enfraquece na esteira de um confronto político tanto interno quanto com a oposição, crescem as pressões por aumento do gasto público, surge um novo e caro "esqueleto" (relativo a pagamento dos aposentados) e pipocam as greves de funcionários públicos por reajustes salariais. Não tem havido, porém, uma unidade política dentro do governo para enfrentar esses problemas.

Os investidores estrangeiros já fizeram chegar ao centro do governo a expectativa que não haverá aumento de investimentos se não houver um ambiente com regras claras e estáveis, sobretudo no marco regulatório da área de infra-estrutura. Está nas mãos do presidente Lula, há mais de duas semanas, esperando por uma decisão, o projeto de lei que define o papel das agências regula-

doras de energia, transportes, petróleo e telecomunicações, entre outras.

Lula precisa definir, no projeto de lei que enviará ao Congresso, se a direção das agências continuará sendo escolhida para mandatos não-coincidentes com o do presidente da República ou se caberá a este escolher quem comandará as agências durante sua administração. Trata-se de uma questão importante que, assim como os demais aspectos do projeto de lei, demarcará o grau de autonomia e a função dos órgãos reguladores.

Há uma lista de tarefas variadas, elencadas pelo governo no início do ano passado e consideradas absolutamente necessárias para melhorar o ambiente de negócios do país, que também está parada. São as chamadas reformas microeconômicas.

Há críticas dentro do governo à velocidade com que o Ministério da Fazenda vem conduzindo essas reformas. Mesmo o que tramitou bem no Congresso no ano passado, como a lei de Falências, empacou agora.

Isso faz com que surja um outro receio. Como as medidas de natureza "microeconômica" não avançaram para pavimentar o caminho da retomada do crescimento econômico, as insatisfações políticas com o governo Lula se centram na macroeconomia. Esta, por si só, não é suficiente para patrocinar o crescimento com geração de emprego, e agora mesmo seus fundamentos vêm paulatinamente perdendo apoio político.

**Ver mais sobre captações externas na página C1 e sobre crise política na A6 e A8**